

■ NACIONAL

Uma inclinação à política do “stop and go”

por Maria Aparecida Damasco
e André Vieira*
de São Paulo
(Continuação da página A-1)



Mailson da Nóbrega

A equipe econômica continua esbanjando otimismo em relação ao futuro da economia. E tem recorrido à própria reeleição para justificar esse entusiasmo. Em encontro com empresários ontem no Rio, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, desenhando dois cenários para o País, em 1997, com o pano de fundo da reeleição. Na sua avaliação, se a emenda for aprovada, o Brasil vai embarcar em um novo ciclo de crescimento, com taxas de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 5%, por conta da efetiva aprovação das reformas no Congresso. Em caso de derrota, o País crescerá entre 4% a 5% movido por “ações tóxicas” gerenciais baixadas por Medidas Provisórias.

É verdade que um déficit da ordem de US\$ 6 bilhões na balança comercial não significa, em princípio, um desastre para o País. Mesmo levando-se em conta que esse resultado levaria o déficit em transações correntes para perto de US\$ 24 bilhões, ou 4% do PIB. Na avaliação geral, o mercado internacional não trabalha mais com um “número mágico” para definir a capacidade de financiamento do déficit em transações correntes — tradicionalmente fixado em 3% do PIB.

“Lá fora os conceitos já são outros”, diz o economista José Augusto Arantes Savasini, da Rosenberg & Associados. “Estão olhando para outros indicadores, como por exemplo a tendência de queda do déficit público”. Nesse sentido, segundo Savasini, a possibilidade de continuidade do governo Fernando Henrique funcionaria como um aval à manutenção do fluxo de recursos externos.

A margem de manobra, na área externa, contudo, não é ilimitada. Um déficit muito superior a US\$ 6 bilhões acabaria assustando o mercado, considera o economista Cristian Andrei, da LCA Consultores e do banco Fator. E, segundo suas projeções, um crescimento do PIB superior a 4% só seria viável com um déficit na balança comercial de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões. “Se hou-

ver esse risco, o governo será obrigado a frear a economia, recorrendo mais uma vez à contenção do crédito ao consumo”, diz Andrei.

O mais preocupante é que a hipótese de um estouro no déficit comercial não é absurda. No começo deste ano, por exemplo, a equipe econômica insistia na previsão de um superávit da balança comercial ou, na pior das hipóteses, de equilíbrio. E foi o que se viu. As exportações atravessaram o ano com um comportamento medíocre e as importações se aceleraram, refletindo muito mais a oferta farta e barata de financiamentos externos do que o próprio ritmo da atividade da economia. Estaria em marcha um processo de substituição de matérias-primas e componentes nacionais por importados. Portanto, um crescimento mais forte da economia funcionaria como mais lenha na fogueira das importações.

Para o diretor de investimentos do Citibank, Luís Eduardo Assis, não é exatamente a pressão sobre as importações que ameaça desorganizar as contas externas e, por tabela, comprometer todo o desempenho da economia. O aumento das importações é até benéfico se for transitório e permitir a modernização do parque industrial. O risco é se o País for apanhado no meio desse processo, por uma crise em alguma economia emergente — leia-se Argentina e México — ou por uma alta dos juros internacionais. “Se algo der errado na nossa economia em 1997, será devido a um desses problemas”, afirma Assis.

O desequilíbrio do setor público,

por sua vez, também persiste como obstáculo à retomada do crescimento. Na cabeça da maioria de economistas e consultores, não está no horizonte uma explosão do déficit público no próximo ano. É possível até que seja cumprida a meta de reduzir o resultado operacional de 3,5% a 4%, neste ano, para 2,5%, no ano que vem. Mas isso não significa um quadro tranquilo, suficiente para garantir a desejável substituição da âncora cambial e monetária pela âncora fiscal, no Plano Real. Em outras palavras, nenhum sinal à vista de mudança na política cambial e de queda substancial dos juros — esta última, condição essencial para a retomada consistente e contínua do crescimento.

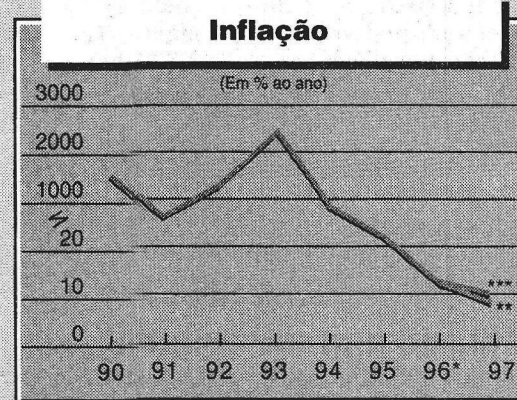
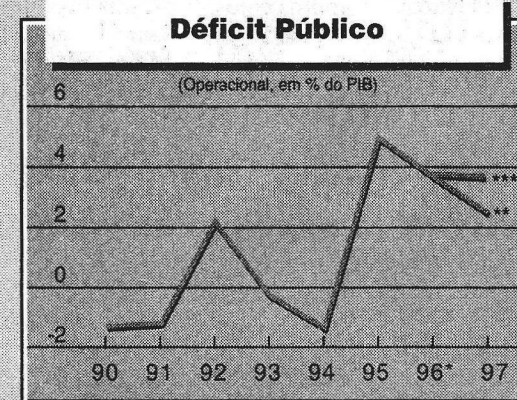
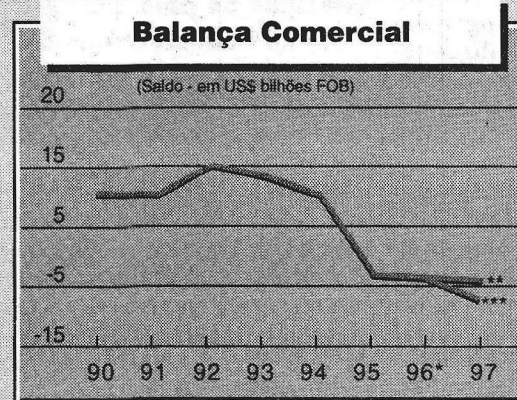
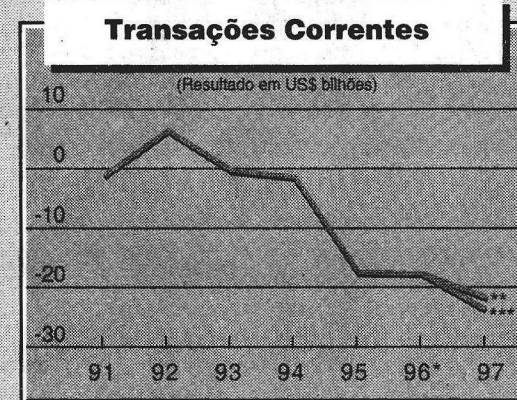
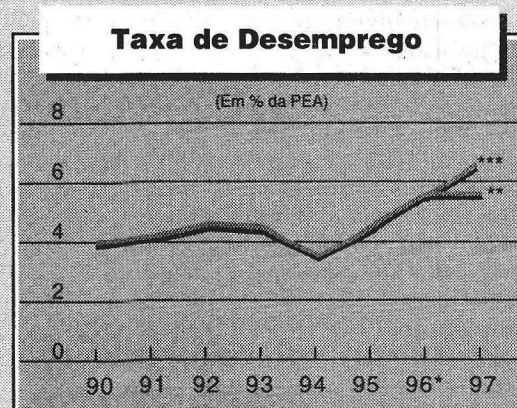
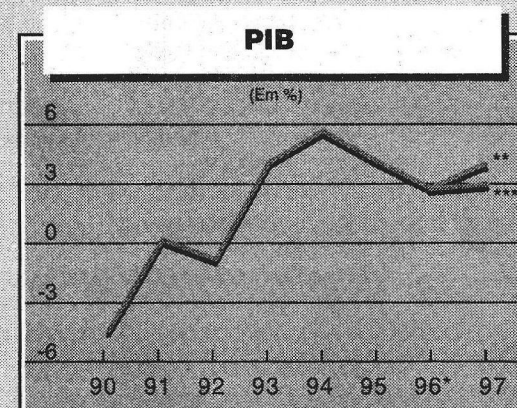
Os principais ganhos no lado fiscal, em 1996, não deverão se repetir em 1997 nas mesmas proporções. É o caso do congelamento dos salários dos servidores públicos e da redução dos juros. O consultor Savasini acha que o resultado final, na área fiscal, “depende basicamente de estados e municípios”. Salários de servidores da União, na sua opinião, serão reajustados no máximo em 10%. “Até porque a desindexação pegou mesmo”, diz o consultor.

Um déficit comercial muito superior a US\$ 6 bi acabaria assustando os investidores

O ano de 1997, portanto, deverá se caracterizar por ajustes ou, segundo Giannetti da Fonseca, por uma “preparação de terreno” para um crescimento mais vigoroso em 1998, quando chega ao fim o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Sem a garantia de um aumento de renda, com a persistência dos juros altos e com o risco de uma nova rodada de inadimplência — tendo em vista que a reação da atividade econômica está escorada na ampliação do crédito —, acelerar o crescimento seria comprar uma nova crise logo à frente.

* Colaborou Fátima Laranjeira

A economia em 1997



Fontes: IBGE, Banco Central, Secex, Fipe e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Estimativa **Projeção otimista ***Projeção pessimista

Plan. Brasil
Cont. 191

Uma inclinação à política do “stop and go”

GAZETA MERCANTIL

22 OUT 1996

22 OUT 1996

Novos fatores complicam os cenários para 1997

por Maria Aparecida Damasco
e André Vieira *
de São Paulo

A dois meses do final do ano, a tarefa de montagem dos cenários mais prováveis para a economia em 1997 ganha dois complicadores. A deterioração do desempenho da balança comercial e a precariedade do ajuste do setor público, nos últimos tempos, põem em xeque a viabilidade de uma estratégia dirigida à retomada do crescimento. E justamente aí estava centrada a próxima etapa do Plano Real – diante da vulnerabilidade do quadro social e dos interesses políticos do governo, empenhado na conquista de um segundo mandato para o



Eduardo Giannetti
da Fonseca

presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na avaliação de economistas e consultores, o Produto Interno Bruto (PIB) dificilmente crescerá mais do que 4% em 1997, frente aos 2,5% a

3% esperados para este ano. A balança comercial certamente vai arcar com um novo déficit, da ordem de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões, bem acima dos US\$ 3,5 bilhões previstos para 1996. E o déficit operacional do setor público deverá mostrar ganhos pouco significativos sobre o resultado de 1996, que a contragosto o governo já admite na faixa de 3,5%. A inflação será, de novo, o indicador favorável mais vistoso, convergindo finalmente para a casa de um dígito: em média, 6% nos preços por atacado e 8% nos preços ao consumidor.

Os observadores de fora do Planalto, agora, vêm com mais reservas o desempenho da economia em 1997. “É possível que a própria lógica do Plano Real seja de restrição ao crescimento”, avalia o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo (USP), admitindo até a possibilidade de uma modestíssima expansão de 2%. “Não será ainda em 1997 que a economia brasileira conseguirá engrenar uma marcha de velocidade”, diz Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda e vice-presidente do BMC, apostando numa taxa de 3% a 4%. O economista Joaquim Elói de Toledo, vice-presidente da Nossa Caixa e professor da Universidade de São Paulo (USP), prevê um crescimento de, no máximo, 3%. Para ele, o risco de um superdéficit comercial obrigará o governo a “pisar no freio”, provavelmente no final do primeiro semestre: “Será a volta da política “stop and go”. (Cont. A-4)